

1988

FEP / UP

Carlos Pimenta

[ALGUNS ALERTAS SOBRE A ECONOMIA E O ENSINO DA ECONOMIA]

Fonte: <http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta>

Observação: O texto foi inicialmente escrito em Wordstar de MS-DOS. Através de um conversor e utilização de uma máquina virtual com Windows 3.11 obtivemos uma versão do texto. De seguida procedemos à sua correcção atendendo ao sentido das frases e aos erros típicos do conversor. Não há nenhuma fonte de comparação.

Considerações Introdutórias

Se se fizesse um inquérito de opinião pública aos cidadãos europeus do século passado sobre a viabilidade de liquidação da fome no nosso planeta ou de realização de viagens interplanetárias é muito provável que a grande maioria se inclinasse para a exequibilidade da primeira proposta e a quase impossibilidade da segunda. Só, eventualmente, alguns sectores, influenciados por ideias revolucionárias e/ou pela literatura de Júlio Verne, poderiam sentir-se inclinados para uma resposta de sentido oposto.

Vivendo hoje no século XX somos obrigados a reconhecer que as viagens interplanetárias são uma realidade indesmentível, em grande velocidade de aperfeiçoamento, e que não foi possível vencer a fome: fome quantitativa e qualitativa, fome sistemática e massiva de grandes massas populacionais e fome nos ghettos da sociedade superdesenvolvida. Os livros de Josué de Castro¹ lidos na época da minha adolescência continuam a ser um grito de alerta, de inquietação intelectual e social, de mágoa.

Perante a imensidade de problemas por resolver nas nossas sociedades, por muito grandes que tenham sido os avanços, os processos de transformação, a capacidade de domínio sobre os recursos e os seus impactos sociais, não podemos deixar de reconhecer que algo vai mal.

As dinâmicas de alguma forma associadas aos conhecimentos físicos, químicos, biológicos, astronómicos, e outros similares, adquirem velocidades maiores que as das estruturas estudadas pelas ciências sociais e, em particular, pela Economia. Se não é difícil afirmarmos que hoje existem suficientes conhecimentos científicos para obter alimentos em quantidade suficientes para alimentar toda a população do planeta – recorde-se a possibilidade de aumento da produção nas áreas utilizadas, as técnicas de conservação, o aproveitamento das zonas marítimas, as possibilidades de modificação dos desertos, etc. – não só assistimos à sua não concretização como somos espectadores, quantas vezes passivos, de crimes ecológicos irreversíveis (desde a destruição da selva amazónica aos buracos de ozono na Antárctida, desde os lixos atómicos lançados no oceano Atlântico até à produção de armas nucleares).

Uma das frequentes consequências desta situação é o libelo acusatório sobre a validade das ciências sociais, em especial da Economia. Acusação tanto mais fácil de fazer quanto todos os cidadãos emitem apreciações sobre a condução da actividade económica: a "ciência" parece ter descido à praça pública e se diluído

¹ A sua obra é suficientemente conhecida para dispensar uma referência completa. Recordemos, no entanto, *Geopolítica da Fome*, 2 vol., São Paulo, Editora Brasiliense (a 6. ed., possuída por mim, foi publicada em 1961).

no conjunto de apreciações dispares ao sabor das correntes ideológicas (inconscientes) dominantes e dos interesses de momento, nomeadamente do Estado.

Acusar a Economia não só fácil mas, para muitos, sociologicamente conveniente: transfere-se para a ciência o que é uma castração social; diz-se que a Economia é incapaz e escamoteia-se que a incapacidade encontra-se na organização social, na racionalidade subjacente que consolida o conjunto de práticas dispares e dá coesão à referida organização. Quando a lógica da redução dos custos ou da estabilidade dos preços faz com que se destruam mercadorias enquanto milhões de cidadãos delas necessitariam – exemplo extremo de uma diversidade de situações quotidianamente verificadas e que, parcialmente, alicerçam a existência crescente de economias subterrâneas –, o que está ética e socialmente mal é a forma de funcionamento da sociedade e não o princípio *ceteris paribus* da redução dos custos.

Crise da Economia e Economia Positiva

O que dissemos anteriormente não invalida o reconhecimento de que a Economia – enquanto produção científica com um objecto teórico específico e obedecendo a um conjunto de metodologias construídas pela prática científica, geral e específica, e pela filosofia – sofre os impactos das contradições da organização social, das suas incoerências, entrando em processos de actuação que põem em causa a própria construção científica, a sua capacidade de intervenção social. Como diz Galbraith "se o economista está suficientemente embrenhado nos dados e nas suas técnicas, não pode prestar atenção às consequências sociais, visto que a sua atenção se concentra noutra coisa, e até pode, sem dano para a consciência, suportar um sistema que maltrata grande quantidade de gente"².

Estamos de acordo que a existência do conhecimento científico impõe a existência de uma ruptura epistemológica com o conhecimento corrente – passagem das aparências (relações espontaneamente aceites pelo conhecimento do cidadão comum de uma sociedade numa determinada fase histórica) para as essências (novas relações conceptuais interpretativas da realidade e ainda não assimiladas pelo saber social colectivo) –, tantas vezes difícil e complexa, mas aquela exige interpenetração em vez de isolamento entre as duas formas de conhecimento: assimilação pela ciência dos grandes problemas a estudar, dos grandes problemas sociais; socialização das aquisições da ciência.

² Em J. K. GALBRAITH, Economia e Bem Público, Lisboa, Dom Quixote, pág. 45

Quando o economista se encerra num casulo, tapa os olhos para a realidade envolvente ou repara de soslaio em apenas alguns raios de luz e constrói uma linguagem suficientemente hermética para impedir o acesso de estranhos ("o objectivo do estudo da Economia não é adquirir um conjunto de respostas preparadas para questões económicas, mas sim aprender a maneira de não ser iludido pelos economistas"³) está a romper com alguns pontos do núcleo duro da construção científica.

A persistência de velhos problemas sociais estudados pela Economia e que ainda não encontraram uma resposta, o sistemático emergir de outros que não cabem nas explicações tradicionais, a crescente esterilidade do paradigma dominante e a dificuldade social mas não logico-histórica, de encontrar alternativas fazem com que para grande parte dos economistas, ou simples acompanhantes das virtualidades das ciências sociais, se tenha tornado um lugar comum afirmar que a Economia está em crise.

Katouzian⁴ chama, contudo, a atenção para dois vectores desta fase de crise científica:

- a) O reconhecimento da crise actual não pode pressupor que antes da actual década a Economia era capaz de resolver os desafios sociais. A História do Pensamento Económico – quadro sistemático de referência em toda a investigação económica – revela que desde há muito ela não funcionava e que a sua inoperacionalidade foi reforçada, consolidada, pela hegemonia institucional, após os anos 50, do positivismo lógico – Economia Positiva –, do pragmatismo, da Economia Matemática.
- b) A saída da crise assume-se como difícil devido às directrizes do "colégio invisível" – para utilizar a terminologia de Kuhn – e a actual situação das instituições universitárias.

Com efeito, desde Ricardo (ou Marx numa outra interpretação) a Economia encontra-se parcialmente desligada de uma leitura da realidade e da sua transformação, e este divórcio foi reforçado nas últimas décadas.

Poder-se-ia argumentar que a teoria keynesiana esteve na base de um conjunto de intervenções políticas que, de alguma forma, negam o afirmado. Contudo há uma leitura alternativa possível: nada do que apresenta é novo (recorde-se a industrialização alemã e japonesa, recorde-se o facto de em 1929 Lloyd George e

³ Em Joan ROBINSON, *Filosofia Económica*, tradução de Fernando Castro Ferro, 1964, Rio de Janeiro, Zahar Editores

⁴ Em diversas partes desta comunicação seguimos de perto a posição deste autor, redactor de um livro que consideramos extremamente importante: Homa KATOUZIAN, *Ideologia y Metodo en Economia*, tradução de José Luis Zofio Ferrer, 1982, Madrid, H. Blume Ediciones.

Mosley terem defendido uma intervenção similar, recorde-se o *new deal* americano). Tudo tinha funcionado sem os conceitos keynesianos e a guerra e a reconstrução teriam imposto, inevitavelmente, aquele tipo de política.

Por outras palavras, toda a Economia tem uma natureza de classe (a "consciência possível" das classes sociais a que os grupos de economistas estão associados, das instituições, dos intervenientes nas práticas de construção científica) e o desenvolvimento do pensamento económico aplicável à transformação do capitalismo termina quando começa a revelar as contradições do sistema.

A Economia Positiva é o fim de um percurso de fuga aos problemas centrais do sistema económico e, simultaneamente, fuga aos ensinamentos da História do Pensamento Económico ou, mais precisamente, da História da Ciência Económica.

Esta afirmação é confirmada pelo próprio aparecimento da Economia Positiva.

O percurso da Ciência Económica conducente à adopção dos princípios filosóficos do positivismo lógico nem sempre foi linear e de fácil explicação teórica.

Como se sabe, após Ricardo surgiram divisões entre economistas que, partindo dos mesmos postulados fundamentais, divergiam pelas suas diferentes visões filosóficas. Depois de Marx, ou em confronto com ele, certas questões, de alguma forma relacionadas com juízos de valor, deixam de ser colocadas e respondidas (por exemplo, "prosperidade para quem?"). Passa-se a falar do "economista enquanto tal" para, assim, isolar e privilegiar a "técnica".

A fé na razão e na ciência generaliza-se com nomes como Condorcet, Laplace, Saint Simont e Comte. A este último se deve, entre outros aspectos, a fundamentação filosófica para o afastamento de juízos morais, metafísicos ou artísticos e a identificação do método de todas as ciências com a generalização a partir dos dados factuais: as ciências sociais deveriam construir leis científicas por meio de generalizações a partir dos dados históricos.

A Escola Histórica Alemã é a herdeira directa deste último posicionamento: utilizar a história para a observação directa, ponto de partida para os estudos sócio-económicos.

As posições seguintes não se situam nesta tradição positivista, colocando-se mesmo, em alguns aspectos, contra ela. Assim, se a Escola Histórica Alemã mostrou a indivisibilidade dos problemas sócio-económicos e atacou o método puramente lógico e dedutivo os neoclássicos, novo modelo hegemónico, insistiram na análise dedutiva e *a priori*. A questão dos juízos de valor dividiu-

os. Uns, incluindo Ludwig von Mises, defendiam a teoria económica completamente livre de valores e exaltavam fortemente o apriorismo: "Se aparece uma contradição entre uma teoria e a experiência podemos sempre supor que não estiveram presentes alguns dos pressupostos da teoria ou que houve algum erro nas nossas observações. O desacordo entre a teoria e os factos da experiência frequentemente nos obriga a reconsiderar por completo os problemas da teoria. No entanto, desde que essa reanálise não encontre erros nos nossos raciocínios nada nos permite duvidar da sua verdade."⁵. Por outro lado Knight e Hayek rechaçam a neutralidade da teoria económica.

São as primeiras posições que então acabam por se impor, com o contributo de Robbins. Este divide os pressupostos da teoria neoclássica em "fundamentais" e "auxiliares" e atribui aos primeiros uma autoevidência, logo universalmente válidos. A sua definição de Economia – uma relação entre fins e meios escassos susceptíveis de usos alternativos (surgida em 1933 quando um terço dos recursos produtivos das economias capitalistas estavam ociosos) – impôs-se e caracteriza uma atitude científica.

Entretanto criam-se condições para a generalização do método empirista – espalha-se a recolha de informação estatística e Bowley, Beveridge e Colin Clark fazem estudos com base naquela; surgem frequentes críticas ao apriorismo das teorias económicas; revelam-se os êxitos da planificação; o positivismo lógico (Russel, Carnap) difunde-se; os conceitos keynesianos, quantificáveis, chamam a atenção para o registo da actividade económica.

Estes aspectos são significativos, mas não são suficientes para interpretar a modificação de metodologia da Economia. Como justificar a passagem do apriorismo de Mises e Robbins à aplicação do positivismo lógico? "Uma solução satisfatória para este problema é mais facilmente fornecida pela sociologia (e pela psicologia) que pela lógica. Assim como se aceitou a explicação 'apriorística' porque contribuía para justificar como se fazem as coisas também se aceitou, numa fase seguinte, a economia positiva porque nesse momento também justificava 'como fazemos as coisas em economia'. Embora as suas respectivas lógicas estejam em conflito, ambas serviam para conseguir o mesmo objectivo socio-psicológico 'útil' de tranquilizar-nos, dizendo que estava bem o que fazíamos. Assim sendo, o conflito lógico (na medida em que tivéssemos consciência da sua existência) não nos deveria preocupar nada, pois ambos os conjuntos de critérios não serviam para nos atacar mas para defender-nos; não serviam para nos criticar mas para consolar-nos; não serviam para refutar nossas teorias e métodos mas para confirmá-las"⁶. Acrescente-se que isto se passa num período de expansão do capitalismo sem significativas perturbações.

⁵ Idem, pág. 60, citando Ludwig von Mises

⁶ Idem, pág. 68/69

Simultaneamente, embora com algumas pequenas divergências de conteúdo, desenvolve-se a Economia Matemática (sobrevalorização da linguagem matemática e sua sobreposição ao objecto científico, adopção da utilização da matemática como único critério de cientificidade).

Esta leitura, seguindo de perto Katouzian, revela-se como um aprofundamento da tese marxista: toda a Economia Política tem uma natureza de classe e o desenvolvimento do pensamento económico capitalista termina quando começa a revelar as contradições do sistema. A Economia Positiva é o culminar do processo de fuga.

Falar em Economia Positiva é, como dissemos, referir-nos à aplicação do positivismo lógico à Economia.

Os princípios de aquela corrente filosófica são simples:

- a) Unicidade e universalidade do método das ciências naturais; consequentemente as ciências sociais, para os serem, terão que aplicar o mesmo método;
- b) A análise teórica tem de ser baseada na observação empírica. Restringe a investigação racional a uma descrição dos fenómenos observáveis: a investigação começa com observações parciais; estas dão lugar a hipóteses primárias; partindo destas, e através da análise lógica, formulam-se teorias gerais (neste aspecto o positivismo lógico distingue-se do positivismo); estas teorias são confrontadas apropriadamente com a observação; e serão aceites se houver uma verificação;
- c) Oposição ao irracionalismo e repúdio da metafísica, o que engloba, entre outros aspectos, que tudo o que não for verificável são "ruídos sem valor". Os juízos de valor, considerados não verificáveis, deverão ser eliminados.

Unicidade de método, primado histórico e lógico da observação empírica no processo de investigação e exclusão do não verificável (e dos juízos de valor) são "regras" que não escapam à crítica e a um conjunto de perguntas pertinentes:

- nas ciências naturais não existe um único método, logo nenhum pode ser assumido como único critério de cientificidade
- não existem observações directas passivas
- se tivermos em conta que os meios de investigação geram os seus próprios fins, o percurso da observação conduz à confirmação dos fins que se pretendiam

- se um enunciado é inerentemente confrontável com a observação, mas não existem meios para o conseguir, que fazer?
- quantas provas são necessárias para uma teoria ser aceite?
- o critério de verificabilidade é uma descrição positiva da ciência ou uma indicação normativa? Parece ter de ser a última opção. Então a verificabilidade e verificação são eles próprios juízos de valor. Desta forma "o positivismo lógico cortou as suas raízes críticas e radicais e converteu-se numa ideologia"⁷.

Na metodologia da Economia Positiva há que destacar duas grandes regras, deduzível da posição filosófica:

a) Demarcação entre enunciados de facto e enunciados de valor

"É possível estabelecer uma classificação das proposições em positivas e normativas. As primeiras referem-se ao que é, era ou será; as segundas ao que deve ser. As proposições, as afirmações ou teorias positivas podem ser simples ou extremamente complexas, mas versam, basicamente, sobre o que é. Desta forma o desacordo sobre proposições positivas poderá ser resolvido pela chamada à realidade.

As proposições normativas se baseiam no que deve ser. Estão, pois, expostos à influência da nossa ideologia religiosa ou filosófica; dependem dos nossos juízos sobre o que é bom ou mau. Diremos assim que as proposições normativas dependem dos nossos juízos de valor."⁸

Como o autor afirma de seguida⁹ os juízos de valor devem ser declarados inexistentes.

b) As teorias devem ser confrontadas com a evidência empírica, assumindo-se tal de duas formas possíveis: uns acentuam a verificabilidade e a verificação, outros a falsabilidade e a falsificação.

Registe-se, contudo, que a prática da Economia Positiva rompe frequentemente com estas regras pois baseia-se em afirmações inverificáveis ou inerentemente inverificáveis (por exemplos a lei dos rendimentos decrescentes não enumera as

⁷ Idem, pág. 75

⁸ Em Richard G. LIPSEY, *An Introduction to Positive Economics*, 4. ed. (confirmado na 6. ed.), Londres, Weidenfeld and Nicolson, pág. 4/5

⁹ Idem, pág. 17

condições que conduzem à sua verificação; a teoria utilitarista, mesmo ordinal, remete em última instância para a medição das utilidades; na teoria walrasiana os preços dependem dos valores e estes exigem os preços).

Perante a não verificação da teoria recorrem a subterfúgios, afirmando que houve hipóteses teóricas não concretizadas no momento da observação, impureza dos dados e/ou deficiência das técnicas. As "evidências" do senso comum assumem, quando lhes convém, foro científico.

Frequentemente existem desmentidos de afirmações ou teorias da Economia Positiva e aquelas continuam a ser apresentadas. O instrumentalismo, explicitado por John Dewey, embora ponha em causa a construção científica – uma teoria é válida na medida em que seja útil tecnologicamente – é, frequentemente, a postura da Economia Positiva em reacção aos desmentidos. Milton Friedman defende explicitamente este pragmatismo.

Estas são as facetas científicas da crise científica mas aquela também tem aspectos institucionais extremamente importantes, como já referimos.

Crise da Economia e Estruturas Universitárias

É particularmente útil, no que se refere a este aspecto, seguir de perto, mais uma vez, Katouzian.

Compreender a situação actual da Ciência Económica de forma a obter-se um diagnóstico profundo passa por tomar em consideração os contributos da sociologia do conhecimento.

Kuhn dá alguns passos nesse sentido – chamando a atenção para essa dimensão do problema e para conceitos como o de "colégio invisível", mas a sua teoria é insuficiente e, em vários aspectos, incorrecta: o conceito de paradigma é impreciso; existem circularidades; a validade da teoria não está localizada historicamente; a sua teoria tanto é descritiva como normativa; a divisão entre ciências "maduras" e não "maduras" desconhece a especificidade das ciências sociais. Tem dado lugar a procedimentos incorrectos: ao considerar que a ciência normal é correcta quando tem êxito alguns economistas consideram que a sua teoria passaria a madura se impusessem coercivamente um único modelo. Além do mais a história da Ciência Económica mostra existirem dificuldades de aplicação da teoria kuhniana a esta ciência: "houve muitas 'partes de paradigma' que surgiram e desapareceram (na realidade, silenciosamente esquecidas) sem

sérias 'anomalias', 'crises', 'revoluções', etc."¹⁰; "mesmo supondo que a 'síntese neoclássica' é o único paradigma da teoria económica, existem muitas 'partes de paradigma' competidoras dentro da sua estrutura geral"¹¹.

A sociologia do conhecimento revela que a ciência é um processo lógico mas também social. Como tal está condicionado pela ideologia, isto é, pela posição de classe e pelo nível de desenvolvimento económico. Mas revela também que "Os cientistas (...) estão submetidos a pressões mais imediatas e empíricas que influem a direcção dos seus pensamentos e acções"¹². Este último aspecto alerta para a importância da sociologia da profissão académica.

É no quadro desta última preocupação que o autor tenta esboçar as suas linhas gerais, embora reconhecendo que se trata apenas de um esboço e que existem diferenças conforme os países e as ciências a que os académicos se dedicam.

Os seus vectores principais, na actual fase histórica, são os seguintes:

- a) Há um profissionalismo em todas as actividades científicas e intelectuais, expressão da industrialização (a divisão social do trabalho estendeu-se dos trabalhadores manuais aos intelectuais, mas na divisão do trabalho destes não há um elemento aglutinador, um processo de troca), do incremento da tecnologia e do nascimento do "estado democrático e secular" (a massificação da profissão, o anonimato e as regras de funcionamento democrático conduzem a novas formas, mais subtis, de controlo da ciência).
- b) Quanto maior for a importância tecnológica ou a utilidade social de uma disciplina maior é a sua profissionalização como carreira universitária. As universidades e instituições similares concentram os conhecimentos.
- c) O cientista é convertido num académico, trabalhador intelectual em plena dedicação.
- d) O académico profissional tem uma carreira que, frequentemente, não é escolhida por vocação, mas surge por acidente ou inevitabilidade de percurso. Nesta situação encontra-se a maioria dos académicos.
- e) A melhoria de remuneração e o reconhecimento social são os objectivos do académico profissional.

¹⁰ Em Homa KATOUZIAN, ob. cit., pág. 134

¹¹ Idem

¹² Idem, pág. 147

- f) Um académico profissional só sabe da sua disciplina ou parte dela, o que "o dificulta poder realizar uma contribuição intelectual ampla à vida da sociedade"¹³.
- g) Os académicos pertencem, simultaneamente, a grupos mais reduzidos de praticantes da sua ciência, de estatuto muito variável. É o que se pode designar por a "profissão disciplinar" (similar ao conceito de "comunidade científica" de Kuhn). É a profissão disciplinar que condiciona os êxitos do académico profissional.
- h) profissão disciplinar controla os meios de informação e a propagação das ideias disciplinares. Não há tolerância para com as ideias que põem em perigo as opiniões estabelecidas, ao mesmo tempo que preferem a elaboração de artigos curtos e altamente especializados (tem que ver com o conceito de "colégio invisível" de Kuhn).
- i) A situação descrita tem como consequências a concentração do esforço intelectual nos problemas menores e o menosprezo pelos problemas de fundo, um excesso de literatura irrelevante, "afogando" o que de bom pode aparecer; o aniquilamento da originalidade na investigação intelectual. O académico não-profissional é marginalizado.

O resultado de tudo isto é o atraso do progresso científico e intelectual

Existem Alternativas

Encaramos a Economia de uma maneira bastante distinta.

É concepção da Economia Positiva que o cientista, enquanto tal, deve dedicar-se ao que há e não ao que deve haver. Tal posição é falsa por duas razões complementares:

- a) o cientista é inseparável do homem.
- b) não é possível um indivíduo, trabalhador intelectual de qualquer ciência, desenvolver teorias, fazer relatórios sobre observações, inteiramente isentas de valor. As ideias científicas comportam sempre um certo grau de subjectividade em resultado das ideias *a priori* e a linguagem utilizada exprime, inevitavelmente, um conjunto de valores. Imparcialidade, atitude

¹³ Idem, pág. 152

consciente, não significa neutralidade. Esta é, em si mesma, uma posição moral, de valores, como qualquer outra e, quando assumida, parcial.

O que é essencial ter presente é que a subjectividade não impede a cientificidade: o conhecimento objectivo é possível quando as teorias estão intrinsecamente abertas à crítica (as diversas subjectividades confrontam-se e explicita-se o que é objectivo) e, simultaneamente, à verificação. A cientificidade é uma questão de método e perspectiva e não da sua natureza descritiva ou normativa.

Aliás, há que distinguir dois tipos de juízos de valor: juízos morais ou enunciados éticos – opinião pessoal, inconfrontáveis com a realidade – e juízos políticos ou enunciados prescritíveis – estão abertos possibilidade de serem refutados. Tomemos alguns exemplos deste último tipo de juízos: "se é socialmente desejável incrementar a mobilidade geográfica de bens e recursos económicos então é necessário construir uma rede eficiente de transportes e comunicações"¹⁴; "porque os conflitos raciais provocam lutas civis e reduzem a eficiência económica deve-se proibir as praticas de discriminação por razões de raça ou cor". A utilização deste último tipo de juízos de valor é coerente com a construção científica.

Algumas ciências são dominantemente prescritíveis, como é o caso da Economia: "não só os enunciados de política económica mas quase todos os enunciados fundamentais da ciência económica são, de um ou outro modo, prescritíveis: quer dizer, a Economia não é caracteristicamente uma ciência 'positiva' – isto é, descritiva – mas 'normativa' – isto é, prescritível."¹⁵. Os exemplos abundam (a definição de Economia apresentada por Robbins defende o não desperdício de recursos e a maximização da utilidade como objectivos aceites; o desenvolvimento económico é um objectivo normativo)

Segundo Lipsey,

- "a Economia, definida com maior amplitude, ocupa-se de
1. o modo como a sociedade utiliza os seus recursos e distribui o seu output entre indivíduos e grupos na dita sociedade
 2. o modo como a produção e distribuição muda ao longo do tempo
 3. a eficácia e ineficácia dos sistemas económicos"¹⁶.

Ora esta eficácia só pode ser encarada como o correspondente às práticas dos agentes (prática cultural impregnada de juízos de valor) e é concordante com um conjunto de pressupostos de partida (como reagiria um estóico ao objectivo da maximização da utilidade, da satisfação das necessidades?).

¹⁴ Idem, pág. 176

¹⁵ Idem, pág. 178

¹⁶ Em Richard G. Lipsey, ob. cit., pág. 59

Para além da natureza normativa da Economia Política há que dar atenção aos seguintes aspectos, sobre os quais existirá, certamente, uma larga concordância:

- a) A Economia deve dar prioridade à compreensão e solução dos grandes problemas económicos da humanidade. assumir-se como componente dinâmica – enquanto ciência – de um processo de transformação das condições envolventes da sociedade e do homem, da procura de novas formas de estar na vida mais consentâneas com a dignidade humana. É igualmente assumir-se como focagem qualificada das questões sociais – enquanto ciência social.
- b) Sendo a leitura da realidade social, e não só, necessariamente teórica, o objecto científico capta apenas uma parte daquela. A sociedade dissecada em múltiplas leituras e formas de interpretação de acordo com a área disciplinar assumida. Processo inevitável de construção científica demonstrado pela história das ciências, exige, numa segunda fase a multidisciplinaridade (operatória e formalizante), a interdisciplinaridade ou o simples confronto de pontos de vista diferentes. Tal exige que os construtores da Economia reconheçam a importância de outros factos, categorias e teorias sociais na análise dos problemas económico-sociais. Essa dimensão de conjunto particularmente importante nos processos de transformação social.
- c) O essencial no labor científico é a revelação das relações essenciais, duradoiras, entre as diversas categorias em jogo e, dessa forma, um melhor conhecimento da realidade. Os métodos para tal são múltiplos. Mesmo nas ciências onde aqueles correspondiam determinantemente ao estabelecimento de uma causalidade determinista, cada vez mais se revela a importância dos métodos adequados ao estabelecimento de relações probabilísticas. Não existe um padrão único para o método da Economia: o que é essencial é que se use um qualquer conjunto de técnicas epistemologicamente correctas que estejam sempre dependentes do objecto de estudo.

Para que estes objectivos científicos sejam conseguidos necessário que o cientista tenha uma fundamentada consciência filosófica e epistemológica do seu labor e tenha como permanente referencial a História Económico-Social e a História da Ciência Económica.

Ensinar a Economia Política

Ensinar Economia Política (como diz Katouzian esta designação não tem, historicamente, qualquer implicação ideológica, mas hoje comporta um certo sentido metodológico) é indissociável de:

- a) formação integral do indivíduo, do estudante de Economia Política, que passa pela capacidade de estar alerta para os grandes problemas sociais – hoje, capacidade de filtragem da informação e de ultrapassagem da imagem mítica criada pela *mass média* –, ser um cidadão socialmente empenhado
- b) conhecimentos filosóficos, nomeadamente na área da filosofia das ciências
- c) adequação da transmissão dos conhecimentos de Economia Política ao conteúdo científico anteriormente defendido o que passa, actualmente, pela articulação da transmissão de categorias com a transmissão dos métodos de obtenção de categorias; pela conjugação da obtenção de um discurso lógico com a penetração na conflitualidade interna da Economia Política.
- d) capacidade para as estruturas universitárias abarcarem e promoverem a inovação, a heterodoxia, a diversidade de posições, o confronto sadio de teses, a capacidade de transformar-se num local de diálogo e de reformulação teórica
- e) a existência de uma pedagogia universitária.

O âmbito institucional do conjunto de preocupações anteriormente referidas extravasa o local de intervenção do docente universitário. A superação da actual crise científica, o "novo renascimento", exige um combate multifacetado contra a Economia Positiva, e apêndices: científico, universitário-institucional (estrutura dos cursos, currículos das disciplinas, articulações entre elas, contratação de docentes, carreira académica, condições de vida; acesso dos estudantes ao ensino superior, sua progressão, articulação com o mercado de trabalho; estrutura organizativa interna, formas de gestão, relações financeiras, culturais e políticas com o poder político central; etc.) e político (organização, comportamentos, formas de coacção; ideologia e formas de difusão; política cultural e científica; estratégias de intervenção sobre o económico; etc.) Em todos estes campos de acção, a conjugação de esforços, a tolerância, são aspectos fundamentais.

Concentremo-nos sobre as questões pedagógicas e científicas do problema, no âmbito universitário.

Muitas das determinantes do processo de transmissão de qualquer conhecimento de Economia Política na universidade encontram-se nos graus de ensino que a precedem. Quando a Economia aparece bastante mais associada à Matemática que às restantes ciências sociais, quando a sociologia e a história são subvalorizadas em relação às técnicas contabilísticas e outras matérias, como acontece ao nível do ensino secundário português, não só se está a transmitir implicitamente uma certa concepção da Economia como se está a moldar mentalidades (dos jovens e de seus familiares) numa fase em que tal processo pode ter efeitos duradouros. Os universitários não se devem alhear da transformação dessa situação, antes pelo contrário, mas é um dado a ter em consideração no quotidiano da prática universitária.

Passariamos a enunciar alguns dos aspectos que consideramos importantes no contexto universitário:

- a) Tem que haver uma articulação entre as disciplinas especificamente de Economia Política e outras como a Matemática (sem dúvida importante, mas em que deve haver a compreensão de que esta ciência é a fornecedora de um instrumento, a aceitação honrosa de que a Matemática serve a Economia Política), a Epistemologia (com este ou outro nome), a História Económico-Social (a sensibilização das actuais problemáticas da Economia Política exige a compreensão da história moderna e contemporânea, pelo menos), com a Gestão e a Política Económica (duas dimensões da utilização da Economia Política na transformação do económico)
- b) As cadeiras devem ter um conteúdo aberto num triplo sentido:
 - b.1.) aberto à realidade económico-social, aos grandes problemas dos povos e dos agentes económico, estudando-os, teorizando-os, sugerindo formas de intervenção;
 - b.2.) aberto ao confronto de posições.

Para quem não confunda ensino com endoutrinação nem ensino especializado com transmissão de um conjunto de saberes estritamente profissionalizantes, o desenvolvimento do espírito crítico dos destinatários da acção pedagógica constitui naturalmente uma das suas finalidades essenciais.

Em termos gerais, trata-se, através de tal princípio, de procurar fazer incidir a atenção dos estudantes sobre os processos de investigação e

de elaboração de conhecimentos próprios da(s) disciplina(s) que ensinam – buscando transformá-los em receptores activos da mensagem pedagógica e em utilizadores potencialmente criativos da ciência –, e não tanto (ou não apenas) de dirigir essa atenção para um conjunto de resultados já dados, isto é, desligados da respectiva génese intelectual e das suas utilizações científicas efectivas ou virtuais¹⁷.

A Ciência Económica possui uma conflitualidade interna, existem diversos discursos sobre a mesma realidade, são possíveis diversas concatenações lógicas entre categorias económicas assentes em hipóteses de partida diversas, em diferentes princípios epistemológicos. Essa conflitualidade interna que tem diversas razões objectivas e subjectivas¹⁸ é, no essencial, o resultado dos diferentes conteúdos das "consciências possíveis" de quem elabora a ciência e das classes, grupos e estratos sociais a que estão, directa ou indirectamente, associados.

Existem, pois, diferentes paradigmas que não são independentes, pelo menos historicamente: coexistem e moldam o labor científico actual. Pensamos que existe uma sequência histórica que aponta para uma evolução do pensamento económico e que coloca como imperativo actual a superação de algumas das divergências. A questão pedagógica que se coloca é saber como transmitir a existência da conflitualidade sem pôr em causa a coerência lógica do raciocínio que o aluno vai forjando. É um problema de difícil resolução para o qual ainda não encontramos uma solução definitiva.

Apresentar, sobre todo e qualquer assunto, as diversas posições exigiria ou a coexistência de diversas disciplinas (sobre Ricardo e os neoricardianos, sobre marxismo, sobre os marginalistas e os neoclássicos, etc.) e deslocaria a atenção dos alunos da análise dos problemas económicos para o das teorias, ou uma estrutura de curso não-disciplinar (o que não parece adequado)

Transmitir os conhecimentos apenas de acordo com um determinado paradigma limitando-nos a alertar os alunos para a existência de outros, poderia contribuir para o reforço da coerência lógica do discurso mas encerraria os alunos, desde logo, numa enorme dificuldade de apreender a conflitualidade interna (que exige a

¹⁷ Em J. M. PINTO, Relatório sobre a disciplina de Ciências Sociais e sua metodologia, 1986, trabalho dactilografado do concurso para associado, pág. 5

¹⁸ Ver a este propósito A. Sedas NUNES, Questões Preliminares sobre Ciências Sociais, Lisboa, Ed. Presença, 8. ed., pág. 56

prática científica). Seria um sério particularmente quando assumido nos primeiros anos.

A solução de compromisso encontrada assenta no seguinte conjunto de regras de funcionamento das disciplinas:

I) ao longo da apresentação das diversas matérias alertar para a existência de visões alternativas à que está a ser apresentada;

II) centrar as questões da conflitualidade num capítulo do programa das aulas teóricas: apresentar um breve quadro de evolução do pensamento económico (incluindo as posições principais, as razões do seu aparecimento e as dificuldades com que se defrontaram); analisar a necessidade, ou não, de uma teoria do valor e, no caso afirmativo, as teorias em confronto;

III) solicitar aos alunos a sua posição sobre os diversos temas, embora com conhecimento dos estreitos limites em que tal se pode processar, tratando-se de alunos dos primeiros anos.

IV) conjugar os métodos de exposição e de investigação na apresentação das diversas matérias.

Uma observação final. Admitindo a tese sobre a possibilidade de tornar coerentes duas teses racionalmente válidas que se opõem, através da alteração de um postulado, uma hipótese de conciliação da linearidade do discurso com a conflitualidade interna seria encontrar uma sequência temática a que correspondesse uma coerência interpretativa assente em determinados conceitos que retessem, em si, toda a carga da divergência entre os paradigmas (ex. excedente) os quais seriam dissecados na fase final do curso (repor-se-iam, então, as hipóteses de partida). Este percurso exige uma reelaboração científica que ainda está, em grande medida, por fazer.¹⁹

b.3.) aberto à interdisciplinaridade.

c) a investigação científica é indissociável da pedagogia universitária.

Como é hábito insinuar-se "as questões pedagógicas entram na Universidade pela porta das crises, para dela saírem à medida que se reinstala a normalidade da vida escolar", mas tal situação, historicamente comprovável na universidade portuguesa, reflecte uma visão distorcida do sistema de ensino em geral e da

¹⁹ Em Carlos PIMENTA, Relatório sobre a Disciplina de Introdução Economia, trabalho dactilografado do concurso para associado, pág. 27/28

universidade em particular, "descapitaliza" esta e diminui a sua rendibilidade. Permitam-nos relembrar o que afirmávamos recentemente sobre o assunto:

Para o ensino universitário, a investigação, e, para os restantes graus, a pedagogia – eis a dicotomia simplista que uma prática social espontânea ou deliberadamente imposta consolidou. Mais do que uma divisão funcional de tarefas é a perpetuação de uma hierarquização entre diferentes estratos sociais do corpo docente. Mantê-la é aceitar o fraccionamento do que é uno – o sistema educativo nacional –, desaproveitar capacidades e provocar traumas em todos os que o integram, separar irracionalmente as componentes científica e pedagógica.

(...) A Universidade nunca será um agente de corpo inteiro, aproveitando integralmente as suas enormes potencialidades, no processo de transmissão cultural, enquanto a pedagogia não estiver permanentemente activa. Enquanto a transmissão de conhecimentos não for, simultaneamente, criação, enquanto não souber aproveitar e potenciar a cultura nacional, enquanto o ser escola for um pretexto para outras práticas, inclusive a investigação, sem dúvida nobres e importantes, mas insuficientes na vida da instituição universitária actual²⁰

Algumas Linhas de Acção Imediata

Todos os aspectos anteriormente referidos poderão e deverão ser objecto de uma análise bastante mais detalhada e aprofundada. As minhas preocupações também são um resultado do ambiente social existente em Portugal e da minha formação como cidadão e economista e talvez estejam desfocadas em relação às grandes questões que aqui e agora, no Brasil, se colocam. O que se tem vindo a referir, inevitavelmente polémico, como o é toda a atitude empenhada num processo de transformação, ou conservação, social, são pequenas aproximações ao "iceberg" das questões da universidade e da Economia Política.

Gostaria apenas, e para finalizar, de deixar algumas achegas sobre uma possível via de reconstrução da Economia Política. Advirta-se, contudo, que não a consideramos o único caminho possível, mas que estamos certos que convergentes com muitos dos esforços a desenvolver por todos aqueles que estejam dispostos a assumir um comportamento "frentista" contra a hegemonia da Economia Positiva e a sua metodologia.

²⁰ Em A. ESTEVES e Carlos PIMENTA, "Notas sobre Pedagogia Universitária", Revista de Educação

Limitando-nos à componente científica, e procurando revelar caminhos de labor conjunto de economistas de múltiplas formações, gostaríamos de chamar a atenção para o facto de qualquer leitura teórica da realidade económico-social exigir a especificação das determinantes fundamentais da dinâmica social e do comportamento individual dos intervenientes.

Os conhecimentos que nos são transmitidos pela História da Economia Política – sempre susceptíveis de reelaboração quando se assume uma atitude prospectiva – é a de que as determinantes fundamentais radicam-se na teoria do valor, exigindo uma articulação lógica entre conceitos abstractos e concretos.

Sem assumir a posição leibniziana de que as teorias do valor-trabalho e do valor-utilidade são simples pontos de vista diferentes do mesmo objecto – os seus objectos teóricos são diferentes mas a sua explicitação exige uma hierarquização conceptual – é inegável ambas possuírem, com intensidades muito desiguais, elementos teóricos válidos. Por isso defendemos a reelaboração da teoria do valor-trabalho, de forma a englobar num todo coerente e realista as determinantes objectivas e subjectivas, as leis histórico-sociais e o livre-arbítrio individual.

Simultaneamente estaremos a caminhar para a superação da dicotomia entre macro e microeconomia.

Pensamos que há um caminho viável, embora bastante complexo. Duas reflexões, contudo, se impõem:

- a) BIANCHI afirma a propósito dos caminhos futuros da Economia Política que conviria "desistir de vez de construir uma ciência fundada nas motivações da conduta individual"²¹. Estando de acordo com esta afirmação não é um absurdo utilizar a teoria do valor, incluindo a teoria do valor-utilidade?

A argumentação da autora chama a atenção para o irrealismo dos comportamentos inatos dos "agentes económicos", para a dimensão cultural daqueles e para o primado dos processos históricos objectivos. É exactamente esta a razão porque assumimos como ponto de partida a teoria do valor-trabalho: conjugação do social (valor) e do individual-social (valor-de-uso) com primado do primeiro. Adopção que não significa "qualquer atentado à livre iniciativa", qualquer "pretensão de questionar a liberdade humana e a capacidade do indivíduo impor a sua vontade história"²², aspecto revelado microcosmicamente pela teoria do

²¹ Em Ana Maria BIANCHI, *A Pré-história da Economia: de Maquiavel a Adam Smith*, 1. ed., 1988, São Paulo, Editora Hucitec, pág. 143

²² Idem, pág. 143

valor-utilidade; por isso ela surge, na nossa proposta, como fornecedora subalterna de elementos complementares.

- b) Um tal caminho, fortemente baseado na teoria do valor-trabalho, não é o da construção de uma Economia Política anti-capitalista?

O facto da teoria do valor-trabalho ter sido levada às últimas consequências por Marx (na continuidade de Ricardo) e caber aos economistas marxistas o principal empenhamento na sua divulgação e reconstrução conduz inevitavelmente à questão colocada.

Talvez, afinal, a resposta não seja importante ou esteja mais dependente da natureza objectiva do capitalismo que da Economia Política. O essencial é considerarmos imprescindível analisar todos os aspectos do económico na base das determinantes fundamentais (não se trata da procura metafísica das causas primeiras, mas sim da não redução da realidade ontológica aos limites actuais do gnoseológico) da dinâmica social e do comportamento dos agentes económicos (comportamento social, histórico, não-inato ou natural) e a história da Economia Política mostra que tal esforço passou sempre por uma das duas teorias do valor anteriormente referidas.

A teoria do valor possui um instrumental teórico susceptível de conduzir a uma leitura adequada do económico. Se conduz a conclusões concordantes com a mortalidade ou "imortalidade" do sistema, com o seu aperfeiçoamento ou com a sua derrocada, e promove as práticas sociais concordantes, tal resulta menos da Economia Política e mais das harmonias e contradições da formação social e dos correspondentes mecanismos políticos que desencadeia.

Não somos indiferentes às consequências, antes pelo contrário, mas essa posição teológica não pode condicionar o trabalho científico a encetar.

Existem capacidade de diálogo, força institucional, discernimento filosófico e científico para o entendimento?

A resposta cabe a todos nós.

A batalha universal como o a mundialização da actividade económica, a hegemonia anglo-saxónica sobre o pensamento económico mundial capitalista e os canais da informação e a mundialização da cultura.

Este primeiro debate, certamente início de muitos outros, é um passo importante.

Carlos Pimenta
Porto, 21/Out./88